

De: AZEVEDO SETTE ADVOGADOS ASSOCIADOS

P/: SUBSECRETARIA DE OPERAÇÕES DE COMÉRCIO EXTERIOR (SUEXT)

Ref: JOF-1412/2019, PROJETO BRA/18/023

**ANÁLISE DA PRÁTICA INTERNACIONAL RELATIVA À INSERÇÃO DE SERVIÇOS  
EM REGIMES ADUANEIROS ESPECIAIS DE INDUSTRIALIZAÇÃO PARA  
EXPORTAÇÃO**

**Memorando de pesquisa:  
Estados Unidos da América**

**Sumário**

Introdução .....	2
1. Regras e condições gerais do regime, com indicação da legislação básica: .....	2
2. Modalidades existentes (suspensão, isenção ou restituição de tributos) .....	4
3. Tributos abrangidos pelo benefício .....	4
4. Representatividade (%) do valor das exportações amparadas pelo regime em relação às exportações totais .....	5
5. Conclusão .....	5
Referências .....	5

## Introdução

Os Estados Unidos encontram-se no grupo de países que adotam os regimes de drawback e assemelhados em relação às mercadorias, mas não aos serviços. São pertinentes ao Projeto os regimes de drawback e importação temporária sob garantia (*temporary importation under bond*), que é similar ao regime denominado em outros países como regime de processamento interno (*inward processing regime*). Este memorando descreve brevemente ambos os regimes, considerando que não se aplicam a serviços utilizados como insumos ou associados à entrega de bens exportáveis.

Vale notar que o sistema tributário nos Estados Unidos não tributa a prestação de vários serviços nem o seu consumo e que, quando o faz, geralmente o faz apenas no caso do consumo final, via tributo sobre vendas a varejo. Essa característica do sistema dos Estados Unidos reduz a relevância da incorporação de insumos com características de serviços em regimes aduaneiros especiais para a exportação de bens.

### **1. Regras e condições gerais do regime, com indicação da legislação básica:**

A legislação básica do regime de drawback é o *Trade Facilitation and Trade Enforcement Act* de 2015 (doravante TFTEA). Nos termos do Código de Regulamentos Federais (*Code of Federal Regulations*, doravante CFR), parte 19, §190.2, drawback é a restituição, em todo ou parte, dos direitos, impostos e/ou taxas pagas sobre mercadoria importada, impostos sob a legislação federal na entrada ou importação, e a restituição de tributos internos pagos sobre o álcool doméstico. O drawback também inclui a restituição ou remissão de outros impostos seletivos de acordo com outras disposições de lei. No caso de importação para processamento, o tipo de drawback aplicável é conhecido como drawback para fabricação (*manufacturing drawback*).

A elegibilidade ao drawback para fabricação pode se dar por meio de um regramento geral de drawback (*general drawback ruling*), conforme CFR, parte 19, §190.7, ou um regramento específico de drawback (*specific drawback ruling*), conforme CFR, parte 19, §190.8.

Desde 24 de fevereiro de 2019, com o fim do período de transição para o drawback modernizado, publicado em 18 de dezembro de 2018, o processo de solicitação é inteiramente eletrônico, via Ambiente Comercial Automatizado (*Automated Commercial Environment*, ACE).<sup>1</sup> As regras para identificação de mercadorias por método contábil são detalhadas em CFR, parte 19, §190.14. Os métodos e requisitos para o pedido são estipulados em CFR, parte 19, §190.23. O período geral para pedidos de drawback é de cinco anos da mercadoria identificada, nos termos do CFR, parte 19, §190.27. Há, ainda, um programa voluntário de certificação em conformidade para o regime de drawback, cujos participantes podem beneficiar-se de penalidades reduzidas ou avisos desde que estejam, de forma geral, em conformidade com os procedimentos e requisitos correspondentes (CFR, parte 19, §190.191).

A legislação básica do regime de importação temporária sob garantia está contida no CFR, parte 19, §10.31 a 10.40. A importação temporária sob garantia permite a importação sem pagamento de direito de importação, com a intenção de exportação ou destruição dos bens dentro de um período de tempo de até três anos da data de importação.<sup>2</sup>

A mercadoria importada pode ser reparada, alterada, ou processada (incluindo processos que resultem em um artigo sendo manufaturado ou produzido nos Estados Unidos), desde que (a) a mercadoria seja processada e resulte em um artigo manufaturado ou produzido nos Estados Unidos, (b) contabilidade completa seja fornecida à *Customs Border Protection* (CBP) para todos os artigos, sobras e perdas irrecuperáveis resultantes do processo e (c) todos os artigos sejam exportados ou destruídos sob supervisão da CBP dentro da vigência do garantia. As sobras com valor comercial também deverão ser exportadas ou destruídas, a não ser que o direito de importação, desde que aplicável, seja pago.<sup>3</sup>

Como forma de operacionalizar as operações de importação sob garantia, o Sistema Harmonizado de Tarifas (*Harmonized Tariff Schedule*) dos Estados Unidos prevê, no

---

<sup>1</sup> US Customs and Border Protection, 'Drawback in Ace'

<sup>2</sup> US Customs and Border Protection, 'Temporary Importation under Bond - Duty free entry of goods to be re-exported'.

<sup>3</sup> US Customs and Border Protection, 'Importing into the United States: a Guide for Commercial Importers'.

capítulo 98, uma entrada especial para: *articles to be repaired, altered or processed (including processes which result in articles manufactured or produced in the United States)* na classificação 9813.00.05.

A garantia fornecida deve ser equivalente ao dobro dos direitos e taxas estimadas caso o produto fosse importado para consumo (CFR, parte 19, §10.31(f)), com regras excepcionais para certos tipos de produto e origem.

## **2. Modalidades existentes (suspensão, isenção ou restituição de tributos)**

O drawback aplica-se na modalidade restituição, podendo abarcar a mercadoria importada para a exportação (*direct identification drawback*, 19 US Code § 1313(a) e CFR, parte 19, §190.21), ou a mercadoria importada para substituir tal mercadoria (*substitution drawback*, 19 US Code § 1313(b) e CFR, parte 19, §190.22).

A importação temporária sob garantia aplica-se na modalidade suspensão.

## **3. Tributos abrangidos pelo benefício**

Conforme o CFR, §190.3, o drawback é permitido para direitos, impostos e/ou taxas pagas sobre mercadoria importada, impostos sob a legislação federal na entrada ou importação, incluindo direitos aduaneiros ordinários, direitos de rotulagem, tributos internos cobrados na importação, taxas de processamento de mercadorias e manutenção no porto.

Conforme o CFR, parte 19, §10.31(f), a importação temporária sob garantia abrange direitos de importação e taxas que seriam devidas caso o produto fosse importado para consumo.

#### **4. Representatividade (%) do valor das exportações amparadas pelo regime em relação às exportações totais**

Não foram encontradas informações sobre o percentual das exportações estadunidenses amparadas pelos regimes objeto deste memorando.

Foi encontrada uma pesquisa realizada por consultoria em 2018, com participação de 78 importadores dos Estados Unidos. Entre os participantes, 54% se utilizavam do programa de drawback e 56% dos que não utilizam planejam começar a usufruir o programa nos próximos doze meses.<sup>4</sup>

#### **5. Conclusão**

O fato de os Estados Unidos não contemplarem serviços nos regimes aduaneiros de drawback e importação temporária sob garantia não parece representar uma fragilidade do sistema aduaneiro e tributário daquele país. Considerando que o sistema tributário dos Estados Unidos não tributa a prestação de vários serviços nem o seu consumo e que, quando o faz, foca o consumo final no varejo e não o intermediário, reduz-se a relevância da incorporação de insumos com características de serviços em regimes aduaneiros para a exportação de bens.

#### **Referências**

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, *Code of Federal Regulations*, Title 19, disponível em [https://ecfr.io/Title-19/pt19.2.190#se19.2.190\\_12](https://ecfr.io/Title-19/pt19.2.190#se19.2.190_12), acesso em 21 de maio de 2020.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, *US Code*, Title 19, Chapter 4, disponível em <https://www.law.cornell.edu/uscode/text/19/1313>, acesso em 21 de maio de 2020.

---

<sup>4</sup> KPMG, Duty Drawback: Industry Benchmarking (2019).

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, *Harmonized Tariff Schedule of the United States (2018) Revision 7* disponível em [https://hts.usitc.gov/view/Chapter98?release=2018HTSARRevision7\\_1](https://hts.usitc.gov/view/Chapter98?release=2018HTSARRevision7_1), acesso em 26 de maio de 2020.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, US Customs and Border Protection, 'Drawback in Ace', disponível em <https://www.cbp.gov/trade/automated/news/drawback>, acesso em 21 de maio de 2020.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, US Customs and Border Protection, 'Temporary Importation under Bond - Duty free entry of goods to be re-exported', disponível em <https://www.cbp.gov/document/guidance/temporary-importation-under-bond-duty-free-entry-goods-be-re-exported>, acesso em 27 de maio de 2020.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, US Customs and Border Protection, 'Importing into the United States: A Guide for Commercial Importers', <https://www.cbp.gov/document/publications/importing-united-states>, acesso em 27 de maio de 2020.

KPMG, Duty Drawback: Industry Benchmarking, 2019, disponível em <https://tax.kpmg.us/content/dam/tax/en/pdfs/2019/2019-duty-drawback-benchmarking.pdf>, acesso em 11 de junho de 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO, Trade Policy Review, Report by the Secretariat, United States, documento WT/TPR/S/382, 12 de novembro de 2018.